# Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

#### Departamento de Contabilidade e Finanças

Secretaria de Planejamento e Orçamento



## Objetivo

O presente treinamento tem por objetivo capacitar servidores que desenvolvam atividades ligadas à execução orçamentária em sua lotação, para cumprimento do procedimento de indicação de inscrição de Restos a Pagar não Processados no âmbito de suas Unidades Acadêmicas ou Administrativas.



Processo Legislativo:

Plano Plurianual (PPA)

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Lei Orçamentaria Anual (LOA)



#### Processo Executivo:





#### **Processo Executivo:**

Dotação: ato que materializa a LOA contabilmente, registrando os créditos autorizados e suas movimentações.

Empenho: o ato emanado de autoridade competente<sup>1</sup> que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.<sup>2</sup>

Liquidação: o ato do órgão competente que, após exame da documentação, torna líquido e certo o direito do credor contra a Fazenda Pública.

Pagamento: efetiva quitação do débito.

1 – Ordenador de despesas

2 - Art. 58 da Lei Nº 4.320/1964



#### Princípios Orçamentários:

Anualidade <<<

Unidade

Universalidade

Exclusividade

Equilíbrio

Não-afetação de receitas

Especificação

Legalidade

**Publicidade** 



#### Princípios Orçamentários:

**Anualidade** 

Lei 4.320/1964

Art. 2° A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.



#### Especificidades do Processo Orçamentário:

A LOA não é o único fator determinante na fixação de despesas autorizadas para um exercício, a LRF determina que o Poder Executivo deve estabelecer, por meio de Decreto, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.<sup>1</sup>

A Nota de Empenho é a garantia de que o credor receberá seu pagamento caso faça a devida contraprestação, porém o prazo para pagamento depende de fatores orçamentários específicos.

1 – Art. 8° da Lei Complementar N° 101/2000 (LRF)



#### Lei 4.320/64:

Art. 36 Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

RP Processado (RPP) x RP Não Processado (RPNP)







#### Decreto 93.872/86:

- **Art. 68.** A inscrição de despesas como restos a pagar no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho depende da observância das condições estabelecidas neste Decreto para empenho e liquidação da despesa.
- § 10 A inscrição prevista no caput como restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesas.
- **§ 20** Os restos a pagar inscritos na condição de não processados e que não forem liquidados **serão bloqueados** pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda **em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição**, e serão mantidos os referidos saldos em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal Siafi. (Vide Decreto nº 10.315, de 2020)



#### Decreto 93.872/86:

Alterações pelo Decreto 9.428/2018 e Decreto nº 10.535, de 2020)

§ 30 Não serão objeto de bloqueio os restos a pagar não processados relativos às despesas:

I - do Ministério da Saúde; ou

II - decorrentes de emendas individuais impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 6, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2016; ou

III - decorrentes de emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 7, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2020. (Incluído pelo Decreto nº 10.535, de 2020)



#### Decreto 93.872/86:

Alterações pelo Decreto 9.428/2018 e Decreto nº 10.535, de 2020)

**§ 40** As unidades gestoras responsáveis pelos saldos dos restos a pagar bloqueados poderão efetuar os desbloqueios até 31 de dezembro do exercício em que ocorreu o bloqueio dos saldos, desde que: (Redação dada pelo Decreto nº 10.535, de 2020)

I - a sua execução tenha sido iniciada até a data prevista no § 2°, na hipótese das despesas executadas diretamente pelos órgãos e pelas entidades da União; ou (Incluído pelo Decreto nº 10.535, de 2020)

II - os seus instrumentos estejam vigentes e cumpram os requisitos para a sua eficácia, definidos pelas normas que tratam da transferência de recursos da União por meio de convênios, contratos de repasse, termos de colaboração, termos de fomento ou instrumentos congêneres, na hipótese das transferências de recursos da União aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, aos consórcios públicos, aos serviços sociais autônomos e às entidades privadas sem fins lucrativos. (Incluído pelo Decreto nº 10.535, de 2020)



#### Decreto 93.872/86:

Alterações pelo Decreto 9.428/2018 e Decreto nº 10.535, de 2020)

§ 50 Para fins do disposto no inciso I do § 4°, considera-se iniciada a execução da despesa: (Redação dada pelo Decreto nº 10.535, de 2020)

I - na hipótese de aquisição de bens, a despesa verificada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; ou

II - na hipótese de realização de serviços e obras, a despesa verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida.

#### [...]

§ 70 Os restos a pagar não processados, desbloqueados nos termos do § 4°, e que não forem liquidados, serão cancelados em 31 de dezembro do ano subsequente ao do bloqueio.



#### Decreto 93.872/86:

20XX

- DD/MM Emissão do Empenho
- 31/12 Inscrição em RPNP

20XX+2

- 30/06 Bloqueio dos RPNP
- 31/12 Cancelamento dos RPNP bloqueados

20XX+3

 31/12 – Cancelamento dos RPNP desbloqueados e não liquidados



### Restos a Pagar x Anualidade

O instrumento de Restos a Pagar foi criado com o intuito de permitir flexibilidade ao processo de execução do orçamento, uma vez que nem sempre as etapas de liquidação e/ou pagamento podem ser cumpridas durante o exercício financeiro em que a despesa foi autorizada.

Porém a inscrição deliberada de RP Não Processados afronta o princípio da Anualidade, uma vez que se torna perceptível que muitas das despesas inscritas não tiveram sua execução iniciada dentro do exercício em que foram empenhadas. Apesar da exceção que o Decreto 93.872/86 cria às despesas financiadas com recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, os Órgãos de Controle questionam a manutenção desses valores como RPNP e a sua legalidade à luz dos Princípios Orçamentários, da Lei 4.320/64, da LRF e da Constituição Federal.



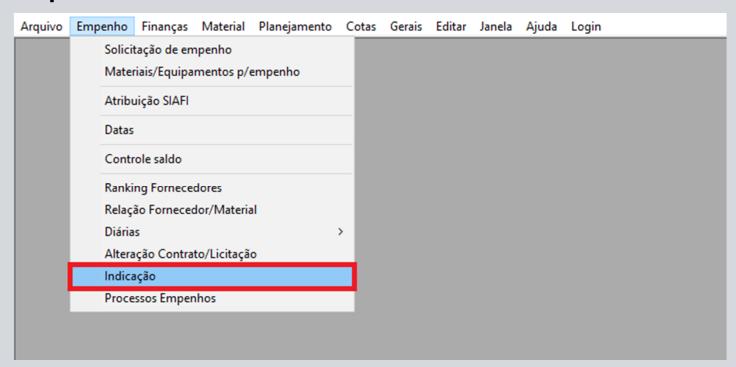
Para cumprir o Parágrafo 1º do Artigo 68 do Decreto 93.872/86 o Ofício Circular anual sobre RPNP do exercício, solicita Indicação de inscrição de Restos a Pagar Não Processados na Universidade Federal de Santa Catarina pelos respectivos Ordenadores de Despesas.

A indicação é **apenas do exercício corrente**. Exercícios anteriores que tiveram saldo de empenhos inscritos, são automaticamente reinscritos pela STN enquanto tiverem saldo e dentro dos limites de prazo da legislação aplicável.



#### Passo 1 - Consulta

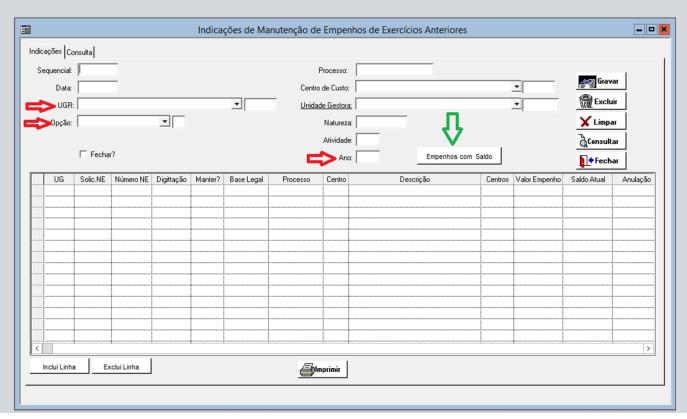
No sistema SARF/MATL deverá ser efetuada a consulta dos saldos de empenho no módulo de "Indicação", que será acessado através do Menu "Empenho".





#### Passo 1 - Consulta

Para consulta dos Saldos deverão ser preenchidos os campos: UGR, Opção e Ano. Após o preenchimento basta clicar no botão "Empenhos com Saldo".





#### Passo 1 - Consulta ATENÇÃO

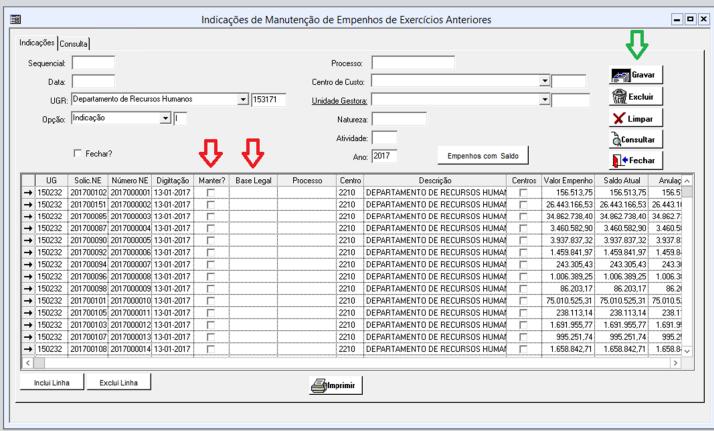
- 1) A "Opção" será sempre "Indicação".
- 2) A consulta será sempre feita para apenas uma "UGR".
- 3) A consulta será sempre feita para apenas um "Ano", <u>o ano do exercício</u> <u>financeiro em andamento</u>, pois os dos anos anteriores já foram inscritos.

Desta maneira como resultado final, um relatório por Ano e por UGR do Empenho.



#### Passo 2 – Preenchimento e Gravação

Após a consulta deverão ser informados quais empenhos serão Inscritos e qual a Base Legal para sua inscrição.





#### Passo 2 – Preenchimento e Gravação

Serão preenchidas 2 colunas:

#### Coluna 1 - Manter?

Indicar se será mantido o Saldo do Empenho para o exercício seguinte, ou seja, indica quais empenhos serão Inscritos e quais serão Anulados. Para indicar inscrição do Saldo em RP, basta clicar no "check-box", e para indicar anulação do Saldo, basta deixar em branco.

#### **ATENÇÃO**

Quando houver saldo nos <u>empenhos de diárias e diárias colaborador</u> eventual, <u>deve-se mantê-los</u>, exceto quando se tratar de convênio! O DCF realiza um procedimento de controle específico ao fim do exercício.



#### Passo 2 – Preenchimento e Gravação

#### Coluna 2 - Base Legal

Indicar a Base para Inscrição do Saldo em RP de acordo com as hipóteses legais presentes no Decreto 93.872/86 e suas alterações. O preenchimento é necessário apenas no caso de indicação de inscrição do Saldo em RP, e será feito por meio de uma caixa de seleção com opções pré-definidas.

Art.68 §5° Inc I – aquisições

Art.68 §5° Inc II - serviços e obras

	UG	Solic.NE	Número NE	Digittação	Manter?	Base Legal
→	153163	201700164	2017000037	16-01-2017		
→	153163	201712754	2017001001	28-12-2017		
→	153163	201700182	2017000076	16-01-2017	V	Art.2 \$2
→	153163	201700180	2017000068	16-01-2017		
→	153163	201700083	2017000036	16-01-2017	V	Art.1 §1
<b>→</b>	153163	201700180	2017000068	16-01-2017		



#### Passo 2 – Preenchimento e Gravação

Após o preenchimento das colunas basta clicar no Botão "Gravar" para finalizar o Passo 2.

Uma vez Gravada a lista, será gerado um número Sequencial, e poderão ser feitas alterações na lista, bastando "Gravar" novamente para salvar as alterações.





#### Passo 3 – Fechamento e Relatório

#### **ATENÇÃO**

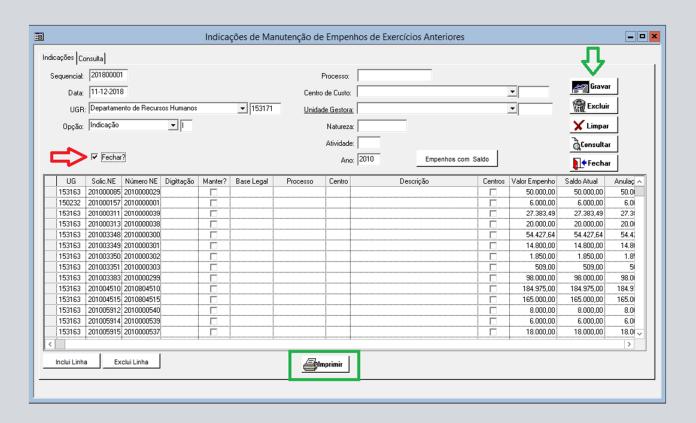
Para realização do fechamento da lista é necessário ter certeza do conteúdo preenchido, pois com o fechamento sua alteração será bloqueada.

Nesse passo, a lista de Indicação será fechada, gerando o Relatório de Indicação e as Solicitações de Nota de Empenho (SNE) de Anulação daqueles empenhos que não serão inscritos em RPNP.



#### Passo 3 – Fechamento e Relatório

Para fechar o relatório basta clicar no "check-box" "Fechar?" e então Gravar a alteração. Após a Gravação pode-se imprimir o Relatório.





#### Passo 4 – Envio dos Documentos

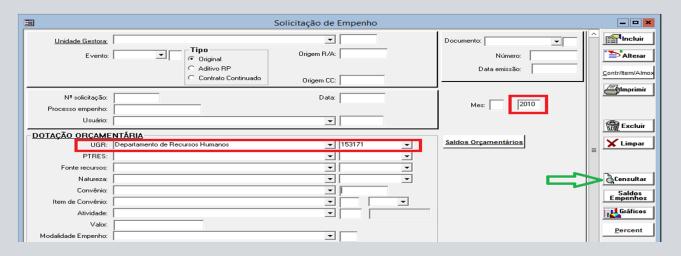
Anexar a SNE de anulação sequencialmente no processo digital de origem, onde consta a Nota de Empenho que está sendo anulada, não devendo ser aberto novo processo de empenho.

Após, enviar cada processo para SE/DCF (Setor de Empenho) para que se proceda a efetiva anulação dos empenhos que não serão inscritos em RPNP.

Para localizar as SNE's de Anulação, basta consultar no módulo "Solicitação de Empenho" utilizando como filtro a UGR e o Ano.



#### Passo 4 – Envio dos Documentos



Por fim, os relatório de cada UGR deverão ser enviados à fila de trabalho DCF/SEPLAN assinados pelo respectivo Ordenador de Despesas, com assinatura digital eletrônica, por meio de **solicitação digital**:

Interessado na UFSC\*: SIGLA da UGR (Unidade Gestora de Recursos conforme Portaria Normativa nº 511/2025/GR)

Grupo de assunto\*: 328 - Solicitação

Assunto\*: 1199 – Solicitação

**Detalhamento:** Relatório RPNP XXXX (especifica o ano/exercício)



#### **Dúvidas? Chat@UFSC!**

